

**A.F.M.U.**  
**Associação dos Funcionários Municipais de Uruguaiana**  
**Administração Arlindo Cunha Brasil**

Ofício n.º 189/2017.

Uruguaiana, 12 de dezembro de 2017.

À Comissão Especial do Projeto de Lei Complementar n.º 11/2017.  
Câmara Municipal de Vereadores  
N/Cidade.

Assunto: **Sugestão de Emendas ao PLC n.º 11/2017.**

Senhor Presidente:

A Associação dos Funcionários Municipais de Uruguaiana – AFMU, respeitosamente, vem propor sugestão de emenda, ao Projeto de Lei Complementar n.º 11/2017, considerando sua tramitação nessa Comissão, com o único objetivo de preservar e aditar texto legal contido na Lei n.º 1.717/84, conforme é sugerido a seguir:

**1) Manter no PLC n.º 11/2017, o texto legal em vigor, constante deste artigos:**

**a) artigo 149:**

O Município prestará, dentro de suas possibilidades financeiras, assistência ao funcionário e sua família.

Parágrafo único. O Plano de Assistência compreenderá:

I - Assistência médica, dentária, farmacêutica e hospitalar;

II - previdência, seguro e assistência judiciária;

III - facilidades para aquisição de casa própria;

IV - curso de aperfeiçoamento e especialização profissional em matéria de interesse Municipal;

V - centro de aperfeiçoamento moral e intelectual para o funcionário e sua família;

VI - centro de recreação, repouso e férias.

**b) artigo 150:**

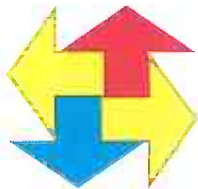
A lei regulará as condições de organização e funcionamento dos serviços de assistência referidos neste capítulo.

Parágrafo único. O Município para a consecução do previsto no artigo 149 fica autorizado a firmar convênios com órgãos previdenciários "ou com as Associações representativas de servidores".

CMU 001567/2017/HDM 12/12/2017 12:16

*Handwritten signature*





**A.F.M.U.**  
**Associação dos Funcionários Municipais de Uruguaiana**  
**Administração Arlindo Cunha Brasil**

**c) artigo 292:**

É assegurado aos funcionários o direito de se agruparem em associação de classe, sem caráter político ou ideológico.

Parágrafo único. Essas associações de caráter civil terão a faculdade de representar coletivamente, os seus associados perante as autoridades administrativas em matéria de interesse de classe.

**d) Artigo 293:**

O Município prestigiará por todos os meios a entidade de classe de seus funcionários.


**2) Dar nova redação ao artigo 233, do PLC n.º 11/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:**

*"Art. 233. Permanecem vinculados ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho e em Quadros ora declarados em extinção, os servidores que, na data de publicação desta lei, não sejam recepcionados pelo Regime Jurídico Estatutário, considerando-se o seu ingresso sem concurso público, sendo-lhes garantidos todos os direitos já adquiridos ou previstos nos respectivos quadros, inclusive os decorrentes de expectativa de direito instituídos na legislação municipal dos servidores."*

As sugestões, ora apresentadas, ao Projeto de novo Estatuto, sustentam-se na autonomia constitucional do Município em legislar sobre seus recursos humanos. A primeira sugestão, que se refere aos quatro artigos já existentes no atual Estatuto, consiste em reconhecer a importância, já consagrada, das entidades de municipais, em relação aos seus associados e servidores do Município, preservando-se conquistas históricas das entidades associativas feitas em Estatutos anteriores pelo Município e, ainda, em vigor. Por derradeiro, a outra sugestão, de nova redação ao artigo 233, do PLC n.º 11/2017, postula complementar texto já proposto no referido PLC, com relação a recepção daqueles servidores, com todos os seus direitos garantidos pela legislação municipal.

Na expectativa de apreciação e aprovação das sugestões, reafirmamos, em nome da Associação dos Funcionários Municipais de Uruguaiana, protestos de mais alta consideração a todos os integrantes dessa Comissão Especial.

Atenciosamente,

  
**Arlindo Cunha Brasil,**  
Presidente da AFMU.